

SUMÁRIO

1. A RELEVÂNCIA SOCIAL E HISTÓRICA DOS SERVIÇOS PRESTADOS POR NOTÁRIOS.....	27
<i>Maria Celeste Tosta de Almeida</i>	
Introdução.....	27
1. Evolução histórica do direito notarial.....	28
1.1. Nuanças históricas da atividade notarial no âmbito do ordenamento jurídico brasileiro	30
2. A importância dos serviços prestados por notários à sociedade	32
3. O relevante papel das serventias extrajudiciais no processo de desburocratização e desjudicialização do poder judiciário.....	35
3.1. O tabelião como pacificador social.....	36
3.2. Os diplomas jurídicos elaborados no Brasil visando desjudicializar as relações sociais	38
3.3. A contribuição imprescindível do notário no atual panorama da regularização fundiária.....	41
3.4. Como as serventias extrajudiciais podem contribuir ainda mais para desafogar o judiciário brasileiro.....	43
4. Os desafios no desempenho da atividade notarial na sociedade moderna ...	45
Considerações Finais.....	47
Referências Bibliográficas.....	49
2. LEI 11.441/2007 – MARCO EMBLEMÁTICO DA DESJUDICIALIZAÇÃO: ANÁLISE CRÍTICA E OS NOVOS DESAFIOS SOB A PERSPECTIVA DO TABELIONATO DE NOTAS	53
<i>Bárbara Tailise Schwiderke</i>	
Introdução.....	53
1. Conceitos	53
1.1. Separação e Divórcio.....	54
1.2. Inventário	57

2.	Da Lei 11.441/2007.....	59
2.1.	Do contexto de sua elaboração.....	59
2.2.	Do procedimento extrajudicial.....	63
3.	Da desjudicialização.....	65
3.1.	Da escolha das serventias extrajudiciais.....	65
3.2.	Das questões práticas.....	68
	Considerações Finais.....	75
	Referências Bibliográficas.....	76
 3. A IMPORTÂNCIA DO NOTÁRIO NO PROCESSO DE DESJUDICIALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS		79
	<i>Marcia Cristina Zavataro</i>	
	Introdução.....	79
1.	Breves considerações sobre o fenômeno da desjudicialização no Brasil.....	80
2.	Competência e atribuições dos notários	83
3.	Novas alternativas à solução dos conflitos no âmbito extrajudicial.....	89
3.1.	Mediação de conflitos pelo notário.....	89
3.2.	Divórcio ou separação extrajudiciais com filhos menores ou incapazes	92
3.3.	Inventário extrajudicial com testamento.....	94
3.4.	Procedimento de alteração do regime de bens do casamento em sede extrajudicial.....	96
3.5.	Adjudicação compulsória extrajudicial da promessa de compra e venda	97
3.6.	Execução civil no tabelionato de protesto	100
4.	Considerações Finais.....	101
	Referências Bibliográficas.....	102
 4. O ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E A NOVA TEORIA DAS (IN)CAPACIDADES: O INVENTÁRIO EXTRAJUDICIAL COMO INSTRUMENTO DE GARANTIA DA DIGNIDADE HUMANA.....		105
	<i>Cláudio Roberto Alfredo de Sousa e Inês Virgínia Resende Dosea</i>	
	Introdução.....	105
1.	O Tratamento jurídico da pessoa com deficiência na ordem jurídica brasileira.....	107

2. O instituto da capacidade em face das alterações promovidas pelo estatuto da pessoa com deficiência.....	111
3. O inventário como instrumento de efetivação do direito fundamental à herança.....	116
4. O inventário extrajudicial como garantidor de um acesso à justiça e à duração razoável do processo – o tabelião como agente concretizador dos direitos fundamentais da pessoa com deficiência	120
Considerações Finais.....	128
Referencial Bibliográfico.....	130
5. A FÉ PÚBLICA NA ATIVIDADE NOTARIAL E REGISTRAL	133
<i>João Francisco Massoneto Junior</i>	
Introdução.....	133
1. A evolução da profissão e seus atributos	135
1.1. A origem do tabelião	135
1.2. A relação de confiança entre o povo e o tabelião.....	136
2. Da atividade notarial e registral.....	137
2.1. A origem no ordenamento jurídico atual.....	137
2.2. A importância desta atividade para a segurança da sociedade.....	138
3. Dos princípios essenciais para atividade notarial.....	142
3.1. Princípios constitucionais	142
3.2. Princípios inerentes à atividade notarial.....	142
4. Da fé pública	144
4.1. Conceito da fé pública	144
4.2. A fé pública notarial e registral	148
4.3. O uso indevido desse poder e suas consequências.....	155
Considerações Finais	156
Referências Bibliográficas.....	160
6. BREVE HISTÓRICO DA RESPONSABILIDADE CIVIL NA ATIVIDADE NOTARIAL E REGISTRAL	163
<i>Carina Goulart da Silva e Guilherme Augusto Faccenda</i>	
Introdução.....	163

1. Notários e dos registradores como particulares em colaboração com o estado.....	164
2. Histórico da responsabilidade civil dos notários e registradores	165
2.1. Responsabilidade civil objetiva	166
2.2. Responsabilidade civil subjetiva.....	167
3. A nova redação do artigo 22 da Lei 8.935/94.....	172
4. (I)legitimidade do sucessor do notário ou registrador que causou o dano.....	174
5. Responsabilidade civil do estado quanto aos danos causados a terceiros no exercício da delegação.....	175
Considerações finais.....	179
Referencial bibliográfico.....	180

7. RESPONSABILIDADE CIVIL DOS NOTÁRIOS E REGISTRADORES: ALTERAÇÃO LEGISLATIVA, DILUIÇÃO DO DANO E O RE 842.846 RG/SC.... 183

Anthony Nunes Moreira

Introdução.....	183
1. Alteração do artigo 22 da Lei Federal 8.935/1994 e seus reflexos.....	184
1.1. Lições preliminares da atividade notarial e registral	184
1.2. Responsabilidade civil dos notários e registradores	188
1.3. Visões doutrinárias da responsabilidade civil dos notários e registradores	190
1.3.1. A atividade notarial e de registro versus nepotismo de base do Conselho Nacional de Justiça.....	192
1.3.2. A atividade notarial e de registro versus responsabilidade civil tradicional.....	196
2. Repercussão geral em recurso extraordinário 842.846/SC.....	203
Considerações Finais.....	204
Referências Bibliográficas.....	206

8. SENTENÇA HOMOLOGATÓRIA DE DIVÓRCIO CONSENSUAL E PARTILHA AMIGÁVEL EM PROCESSO DE INVENTÁRIO. POSSIBILIDADE DE REVISÃO POR ESCRITURA PÚBLICA..... 209

Cláudia Carvalho da Silva e Souza

Introdução.....	209
1. Princípios fundamentais do sistema de notariado latino	212

2. Breves comentários sobre a coisa julgada material no procedimento de jurisdição voluntária.....	214
3. Importantes aspectos da lei nº 11.441, de 04 de janeiro de 2007	225
4. Possibilidade de alteração por escritura pública de cláusulas homologadas pelo estado-juiz em divórcio consensual	228
5. Escritura pública de aditamento retificativo de partilha amigável homologada em processo de inventário	236
Conclusão	245
Referências Bibliográficas.....	247

9. DO RESTABELECIMENTO DA SOCIEDADE CONJUGAL POR ESCRITURA PÚBLICA, AINDA QUE COM FILHOS MENORES, INCAPAZES OU NASCITUROS. **251**

Anderson Nogueira Guedes

Introdução.....	251
1. Breves considerações acerca do casamento	252
1.1. Definições de casamento.....	253
1.2. Possibilidade de casamento entre pessoas do mesmo sexo	256
1.3. Do casamento civil e do casamento religioso com efeito civil.....	257
2. Dissolução da sociedade e do vínculo conjugal	259
2.1. Formas de dissolução da sociedade conjugal e do vínculo matrimonial.....	261
2.2. Da separação e do divórcio extrajudiciais	262
2.3. Da emenda constitucional 66/2010.....	265
3. Manutenção da separação de direito no ordenamento jurídico pátrio..	266
4. Do restabelecimento da sociedade conjugal	270
4.1. Restabelecimento por escritura pública.....	271
4.2. Alteração do regime de bens e demais regras adotadas no casamento.....	271
4.3. Averbações no registro civil.....	272
5. Análise acerca da possibilidade de se fazer o restabelecimento da sociedade conjugal por escritura pública, ainda que existam filhos menores, incapazes ou nascituros do casal.....	273
Considerações finais	279
Referências bibliográficas	279

10. DA POSSIBILIDADE DE LAVRATURA DE ESCRITURA PÚBLICA DE SEPARAÇÃO CONSENSUAL PELOS NOTÁRIOS APÓS A PROMULGAÇÃO DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 66/2010 283

Renato Oliveira Marsol

Introdução.....	283
1. As alterações fundamentais instituídas pela emenda constitucional nº 66/2010.....	284
1.1. Da extinção da separação judicial do ordenamento jurídico pátrio.....	285
1.2. Da subsistência da separação judicial.....	289
1.3. Da desconstitucionalização da separação judicial.....	292
2. Da possibilidade de lavratura de escritura pública de separação consensual pelos notários após a promulgação da emenda constitucional nº 66/2010.....	294
Considerações finais.....	300
Referências bibliográficas.....	302

11. INVENTÁRIOS E PARTILHAS EXTRAJUDICIAIS E AS INOVAÇÕES DA LEI 11.441/2007 305

Jucélia Fátima Seidler

Introdução.....	305
1. Breves Considerações Sobre Inventário.....	307
1.1. Transmissão da herança – Aspectos importantes relacionados ao inventário e partilha/sobrepartilha.....	310
1.2. Aceitação da herança.....	311
1.3. Renúncia da Herança.....	312
1.4. Cessão hereditária.....	314
2. Diferenças Entre o Inventário Judicial e Extrajudicial.....	316
2.1. Segredo de Justiça nas Informações Constantes nas Escrituras.....	319
2.2. A Mulher Grávida e o Direito do Nascituro.....	321
2.3. Possibilidade da Anulação de Inventário e Partilha Lavrado na Via Administrativa.....	322
2.4. Inventário Negativo Pela Via Extrajudicial.....	323
2.5. Quando a Sucessão Decorrer de União Estável.....	324
3. Das Atualizações do Novo Código de Processo Civil e Resolução 326 do CNJ.....	326

3.1. A Figura do Tabelião.....	330
3.2. Possibilidade de inventariar por escritura pública bens de sucessão aberta antes do início da vigência da Lei 11.441/2007	331
3.3. Possibilidade de inventário extrajudicial ainda que com testamento e filhos menores.....	332
Considerações Finais	333
Referências Bibliográficas.....	335

12. O NOVO CONCEITO DE UNIÃO ESTÁVEL E SUAS IMPLICAÇÕES NO DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL

337

Liliane Oliveira Gherard de Alencar e Letícia Oliveira Gherard de Alencar

Introdução.....	337
1. A união estável: conceito.....	339
1.1. Lei 8.971/1994.....	340
1.2. Lei 9.278/1996.....	341
2. Atualizações sobre união estável	343
2.1. Provimento 37 do CNJ	343
2.2. Decisão do Supremo Tribunal Federal de 10 de maio de 2017.....	346
3. União estável e seus aspectos patrimoniais.....	347
3.1. O contrato de união estável e a convenção do regime de separação total de bens	349
3.2. Necessidade de constar nas escrituras públicas a existência da união estável.....	351
3.3. Da necessidade da outorga do convivente na venda do imóvel	352
4. Registro da união estável: facultativo ou obrigatório?	354
4.1. Averbar no registro geral de imóveis a união estável, é possível?..	355
Considerações Finais.....	357
Referências Bibliográficas.....	357

13. APONTAMENTOS SOBRE A PROPRIEDADE DOS BENS IMÓVEIS NOS REGIMES DE COMUNHÃO PARCIAL E UNIVERSAL DE BENS

359

Cléber Wendling Donel

Introdução.....	359
1. Os regimes de comunhão de bens	360

1.1. A comunicabilidade e a incomunicabilidade.....	362
1.2. O direito de meação.....	366
2. A mancomunhão	369
3. A propriedade dos bens comuns.....	372
4. O art. 1647, Inciso I do Código Civil.....	375
Considerações Finais.....	378
Referências Bibliográficas.....	379

14. REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E O PAPEL DO REGISTRADOR NA CONCRETIZAÇÃO DO DIREITO FUNDAMENTAL À MORADIA 381

Guilherme Augusto Faccenda e Carina Goulart da Silva

Introdução.....	381
1. Conceito e teleologia	383
1.1. A regularização fundiária na legislação brasileira.....	385
1.2. O registro de imóveis e a regularização fundiária.....	389
2. Princípios positivados da regularização fundiária.....	392
2.1. Ampliação do acesso à terra urbanizada pela população de baixa renda.....	394
2.2. Articulações entre políticas habitacionais e ambientais.....	395
2.3. Participação no procedimento.....	395
2.4. Resolução extrajudicial de conflitos.....	396
2.5. Preferência na concessão do título à mulher	397
3. Aspectos práticos do procedimento de regularização fundiária	402
Considerações finais	404
Referencial bibliográfico.....	405

15. ASPECTOS PRÁTICOS DE UMA ATA NOTARIAL PARA FINS DE USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL..... 407

Nadja Reis da Silva

Introdução.....	407
1. Do Processo de Desjudicialização dos Conflitos – Crescimento da Atividade Extrajudicial	408
2. A Ata Notarial – Aspectos Legais e Doutrinários	410
3. Ata Notarial para Fins de Usucapião - Estudo Normativo	415

Considerações Finais.....	422
Referências Bibliográficas.....	422
ANEXO 01 - ATA NOTARIAL - USUCAPIÃO.....	423

16. ESCRITURA PÚBLICA DE INSTITUIÇÃO DO DIREITO REAL DE LAJE 427

Ederson Roberto Lago

Introdução.....	427
1. Conceito.....	428
2. Natureza Jurídica.....	429
3. Terminologias.....	431
4. Lajes em sobrelevação e infrapartição e lajes sucessivas.....	432
5. Laje <i>versus</i> condomínio: similitudes e diferenças.....	433
6. Aquisição de Direitos Reais.....	435
7. Instituição do Direito Real de laje por meio de negócio jurídico.....	436
8. Escritura Pública de Instituição do Direito Real de Laje.....	437
9. Limitações Urbanísticas.....	440
10. Direito Real de Laje Por Usucapião.....	441
11. Estipulação do Direito Real de laje por manifestação unilateral de vontade.....	444
12. Direito de preferência.....	444
13. Incidência tributária.....	446
14. Direitos e deveres das partes.....	447
Considerações Finais.....	449
Referências Bibliográficas.....	450

17. MULTIPROPRIEDADE IMOBILIÁRIA 451

Daniel Pedro Schneider e Márcia Rosália Schwarzer

Introdução.....	451
1. Noções Iniciais.....	452
1.1. Conceito.....	454
1.2. Origem.....	455
1.3. Espécies de Multipropriedade.....	456
2. Direito Comparado.....	458

2.1. O instituto no exterior - Portugal, E.U.A., Argentina, Espanha e México.....	458
2.2. O Instituto no Brasil	462
3. STJ - Recurso Especial 1.546.165-SP - Multipropriedade Imobiliária tem natureza de direito real.....	464
4. Projetos: Senado Federal nº 54/17 e Câmara dos Deputados nº 10.287/18	467
4.1. Projeto nº 54/17 no Senado Federal	468
4.2. Projeto nº 10.287/18 da Câmara dos Deputados.....	469
5. Lei nº 13.777/18 - Regime jurídico da multipropriedade no Brasil	471
5.1. Características do condomínio em regime de multipropriedade....	473
5.2. Direitos e obrigações do multiproprietário	475
5.3. Da instituição, convenção e regimento interno do condomínio edilício.	476
6. Considerações Finais	477
Referências Bibliográficas.....	478